

**RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE  
AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ANO DE 2017  
CONTIDAS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DO INSTITUTO DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ- IDSM**

Aos Conselheiros e Diretores

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM**

Tefé - AM

**Introdução**

Fomos contratados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá ("IDSM") para efetuar um trabalho de asseguração limitada sobre as informações contidas no Relatório de Gestão do IDSM relativas ao ano de 2017. Este trabalho não abrange, portanto, as informações relativas a exercícios anteriores, projeções futuras e razoabilidade das metas dos indicadores de desempenho contidas no Relatório de Gestão.

**Responsabilidade da Administração do IDSM**

A Administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão, de acordo com o seu Plano de trabalho acordado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em especial quanto aos assuntos relativos aos indicadores de desempenho definidos no Contrato de Gestão e seus aditivos, firmados entre IDSM e a União, através do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, e pelos controles internos que o IDSM determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é expressar uma Conclusão sobre as informações contidas no Relatório de Gestão referentes ao ano de 2017, com base em um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a norma brasileira para Trabalhos de asseguração diferentes de auditoria e revisão - NBC TO 3000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – Assurance Engagement sotherthan audi t sorre viewof historical financial information, emitida pelo IAASB – International auditingand Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações contidas no Relatório de Gestão relativas ao ano de 2017, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e ISAE 3000 consiste principalmente em indagações à administração, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para se obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer também a execução de procedimentos adicionais quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações apresentadas, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.



Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações contidas no Relatório de Gestão relativas ao ano de 2017, bem como de outras circunstâncias do trabalho, e de nossa consideração sobre áreas nas quais distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos que adotamos compreenderam:

- O planejamento dos trabalhos considerando a relevância, o volume de informações qualitativas e quantitativas, normas do MCTIC relacionadas ao Contrato de Gestão, os sistemas operacionais, e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão;

- O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos adotados para a compilação de dados através de entrevistas com os responsáveis pela elaboração das informações relativas ao ano de 2017 constantes do Relatório de Gestão, incluindo a obtenção de publicações relativas ao ano de 2017 informadas no Relatório de Gestão.

- A aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão, e especificamente quanto aos itens, do art 34 da Portaria 967 do MCTIC e suas atualizações:

- I – limite percentual de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do contrato de gestão;

- II – verificação da remuneração e percepção de outras vantagens pelos dirigentes e empregados da OS, segundo os critérios pactuados no contrato de gestão;

- III – situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas;

- IV – evolução das receitas e saldos do contrato de gestão e suas aplicações financeiras;

- V – contabilização da reserva técnica e sua utilização/adequação;

- VI – verificação de contratos celebrados com recursos do contrato de gestão;

- VII – percentual de alavancagem de recursos extras ao contrato de gestão;

- VIII – evolução do ativo permanente (imobilizado) da OS, segregando os investimentos com recursos próprios e do contrato de gestão; e

- IX – acompanhamento de eventuais pendências junto aos órgãos de controle;

- X – verificação da adequação dos gastos realizados com os objetivos, ações e metas do contrato de gestão; e

- XI – eficiência da gestão sob o aspecto de economicidade e de necessidade ou relevância das contratações.

- O confronto das informações financeiras com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis ou relatórios gerenciais.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa conclusão, na forma limitada.

#### **Escopo e limitações**

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção razoável, que tem por objetivo emitir uma Opinião sobre as informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão. Consequentemente, não nos foi possível obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção razoável que tem por objetivo emitir uma Opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma Opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão.



Dessa forma, não expressamos uma Opinião sobre essas informações.

Nosso trabalho teve como objetivo verificar se os dados incluídos no Relatório de Gestão de 2017, no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas, se apresentam em conformidade com os critérios e as diretrizes do Plano de Trabalho do IDSM para o ano de 2017.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

O escopo de nosso trabalho não incluiu a realização de qualquer trabalho em relação aos dados informados para os anos anteriores, projeções futuras e sobre razoabilidade das metas dos indicadores de desempenho estabelecidas no Contrato de Gestão. Portanto, esta Conclusão abrange somente as informações relativas ao ano de 2017, e excluem quaisquer outras informações.

#### **Conclusão**

Com base em nossos trabalhos efetuados de assecuração limitada, descritos neste Relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações relativas ao ano de 2017 contidas no Relatório de Gestão, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios contidos no Plano de trabalho e normativos, aprovadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

#### **Ênfase**

##### **Continuidade operacional**

Conforme apresentado no item 2 Descrição dos Principais Projetos Realizados pelo IDSM, a instituição depende de repasses de recursos para fazer frente às necessidades de cada projeto. Caso contrário, muitas ações são adiadas ou mesmo canceladas, impedindo que os projetos atinjam os objetivos desejados, como o que vem ocorrendo desde 2016, e continuando em 2017.

Em 09 de junho de 2016 foi assinado 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência até 30 de junho de 2017 e em 01 de junho de 2017 foi assinado o 18º Termo Aditivo prorrogando a vigência até 30 de dezembro de 2017, celebrado no valor de R\$ 18.793.762. O 19º termo aditivo foi firmado em dezembro de 2017, com o objetivo de prorrogação até 30/12/2019.

Esses eventos indicam a existência de incerteza que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

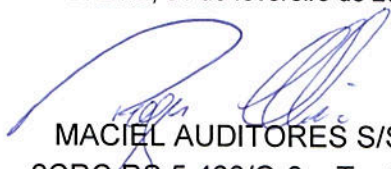


### Reserva Técnica

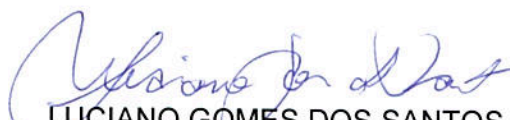
Conforme 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão a entidade deve constituir reserva técnica estabelecida para o exercício de 2017, no valor de R\$ 7.301.696,04, visando a eventuais pagamentos de finalização de contratos e direitos trabalhistas. Entretanto, o saldo contábil em 31/12/2017 é R\$ 9.894.714,80.

Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Brasília, 01 de fevereiro de 2018



MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC/RS 5.460/O-0 – T – SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” –SP  
Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
1CRC RS 059.628/O-2 – S - SP  
Responsável Técnico